COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.302, DE 2002

Altera o Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), para estabelecer requisitos para a prestação de serviços de transporte remunerado de bens e de passageiros em veículo automotor de duas ou três rodas.

PARECER À EMENDA APRESENTADA AO SUBSTITUTIVO

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: TARCÍSIO ZIMMERMANN

Quando da apreciação do Projeto de Lei nº 6.302, de 2002, bem como de seus inúmeros apensos, que propõem a regulamentação das profissões de “motoboy” e “mototaxista”, elaboramos um Substitutivo cuja finalidade é a de incluir a regulamentação das atividades no Código Brasileiro de Trânsito – CBT, fazendo um paralelo com as atividades de taxista e de transportador escolar, por exemplo. Nesse contexto, estamos apresentando uma série de requisitos que devem ser observados pelas pessoas interessadas em utilizar-se de veículos automotor de duas ou três rodas profissionalmente.

Dentro do período regimental, o ilustre Deputado Antônio Carlos Biffi apresentou uma emenda ao nosso Substitutivo, propondo a inclusão de um novo artigo, onde se prevê que “as atividades de transporte remunerado

de passageiros e de bens em veículo automotor de duas ou três rodas poderão ser exercidas com vínculo empregatício ou de forma autônoma”.

O presente parecer tem por finalidade apreciar a emenda citada.

O Substitutivo não tem a preocupação de limitar o exercício das atividades de transporte de bens ou passageiros à celebração de um contrato de trabalho, e, efetivamente, em momento algum, há qualquer cerceamento dessa natureza na proposta. Ela estabelece normas gerais de trânsito que deverão ser observadas em relação ao veículo e à sua condução profissionalmente, bem como alguns requisitos prévios a serem cumpridos pelos condutores para prestarem os serviços.

A confusão em relação a esse entendimento pode estar na leitura do art. 5º do substitutivo, norma que se dirige, especificamente, ao empregador ou contratante de transportador remunerado de bens ou ao empregador de transportador de passageiros. Nossa iniciativa é no sentido de garantir uma maior segurança ao profissional contra as investidas dos empregadores ou de contratantes que fazem exigências indevidas, submetendo-os a riscos na prestação dos serviços, ou que contratem um profissional que não esteja devidamente habilitado. Esse artigo, portanto, não se aplica, obviamente, aos autônomos, e não os impede de exercer as atividades aqui disciplinadas.

Ademais, devemos ressaltar que o Substitutivo não aborda a questão sob a ótica trabalhista, até porque esse aspecto está resguardado no princípio constitucional da liberdade de trabalho. Ante esse princípio, atendidos os requisitos constantes dos arts. 145-A e 145-B do substitutivo, a prestação dos serviços poderá acontecer em qualquer forma admitida em direito, e aí podemos incluir o transportador com vínculo empregatício, o autônomo, assim como podemos admitir, por exemplo, a associação de um grupo de transportadores em cooperativa, como se dá, hoje, com os taxistas, entre outros.

Não vemos, em absoluto, qualquer risco de prevalecer o entendimento de que as atividades de transporte remunerado de bens e de passageiros ficarão restritas aos empregados com vínculo empregatício, motivo pelo qual manifestamos, em complemento ao Voto por nós exarado

anteriormente, nossa posição contrária à aprovação da emenda apresentada ao Substitutivo.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2003.

Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN
Relator